



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Da Ros, José Pedro; de Oliveira Cruz, Walter Firmo
MEMÓRIAS DO LUGAR: O TURISMO NA ILHA DO CAMPECHE
Psicologia & Sociedade, vol. 23, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 625-633
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326607021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MEMÓRIAS DO LUGAR: O TURISMO NA ILHA DO CAMPECHE

MEMORIES OF PLACE: THE TOURISM ON THE ISLAND OF CAMPECHE

José Pedro Da Ros

Universidad de Málaga, Málaga, España

Walter Firmo de Oliveira Cruz

Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Brasil

RESUMO

O presente artigo discute uma questão relativa à atividade turística na atualidade: a depredação causada pelo turismo de massa na qual os indivíduos se relacionam com as riquezas físicas ou simbólicas do lugar enquanto mero objeto de consumo. Uma pesquisa realizada sobre a ilha do Campeche em Florianópolis junto a moradores da região que possuem histórias de vida vinculadas à mesma, recupera memórias expressivas do lugar concluindo que estas constituem subsídios para caracterização do imaginário social que constitui o lugar como singular em sua história, evitando cair na tendência do mundo globalizado em transformá-lo em um *não-lugar*. Tal iniciativa busca contribuir para a preservação simbólica do lugar, para a experiência do sujeito visitante e para a reflexão sobre o turismo na sociedade de consumidores.

Palavras-chave: turismo; memórias do lugar; Ilha do Campeche; sociedade de consumidores.

ABSTRACT

This article discusses a question relating to tourist activity to the present: the destruction caused by mass tourism in which individuals relate to the physical and symbolic richness of the place as a consumer. A search conducted on the island of Campeche in Florianópolis, with the residents of the vicinity, and life stories that have linked to it, expressive recover memories of the place concluded that they can be excellent benefits for characterization of the island as unique in its history, preventing falls the trend of the globalized world in transforming it into a non-place. This initiative seeks to contribute to the preservation of the symbolic place for the visitor experience of the subject and to reflect on a tourism in the consumer society.

Keywords: tourism; memories of place; Ilha do Campeche; consumer society.

Introdução

A trajetória de uma pesquisa qualitativa realizada em 2003 para a obtenção de dados relativos ao potencial turístico da ilha do Campeche, em Florianópolis/SC, envolveu vários procedimentos. Visitas informais, visitas como pesquisador, observações, entrevistas abertas, registro fotográfico, consulta a fontes primárias e secundárias, assim como documentação sobre a mesma, constituíram procedimentos que levaram à obtenção de um amplo quadro de informações. Em outras palavras, possibilitou a formatação de um recurso metodológico capaz de delimitar um objeto de estudo por meio das memórias do lugar.

Na época, encontrou-se na história oral uma importante ferramenta que permitiu recuperar saberes sobre fatos que transformaram esta ilha em um lugar que despertou e ainda desperta muita atenção em fun-

ção de suas características consideradas “misteriosas”. Assim, seja pela presença de mais de duzentas inscrições rupestres distribuídas em nove sítios, quer pela atividade econômica que lá era desenvolvida (caça à baleia), a ilha povoa o imaginário dos moradores da região e daqueles que visitam o lugar. Além disso, uma das versões para o nome da ilha é atribuída ao escritor e aviador francês Antoine de Saint-Exupéry: durante a década de 20, o correio aéreo francês (da qual era piloto) instalou no local um campo de pouso utilizado para o reabastecimento dos voos entre Paris e Buenos Aires. O comandante Saint-Exupéry teria chamado o lugar de *champ de pêche* (campo de pesca), de onde derivaria o nome Campeche.

Tombada em julho de 2000 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a ilha do Campeche contém a maior concentração de gravuras rupestres e oficinas líticas de todo o litoral brasileiro

num só sítio. Possui 592 mil metros quadrados e pertence ao distrito de Campeche, município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil. Próxima à cidade, situa-se a apenas 1,5km da costa sudeste da Ilha de Santa Catarina, podendo ser alcançada por barco em pouco mais de vinte minutos.

Neste trabalho será privilegiada a socialização das falas de antigos pescadores e mulheres que estiveram ligados, de alguma forma, com a caça desses animais, ou seja, pessoas que preservam memórias da vida da ilha em "tempos idos".

Entendemos que, ao recuperar essas histórias orais, busca-se não apenas contribuir com o conhecimento sistematizado sobre a ilha do Campeche, mas também com a preservação das construções imaginativas acerca do território e que acabam instituindo seu valor simbólico enquanto carregado de significações. Consideramos que as ações de preservação de um espaço turístico estão associadas ao fato de se conhecer esse lugar em suas particularidades, especialmente aquelas que se referem aos feitos que o marcam historicamente e que, hoje, constituem-se como uma das formas de convite ao turismo. Além disso, acreditamos ser possível depreender dessa experiência reflexões que contribuam no entendimento da experiência turística presente na sociedade de consumidores.

Importante salientar que o posicionamento de partida dos autores em relação ao turismo é que seu desenvolvimento pode gerar benefícios diversos, porém há de se buscar conciliar o interesse econômico, próprio da sociedade em que vivemos, com preocupações sociais e ambientais, pilares da sustentabilidade.

Neste contexto torna-se interessante uma ponderação sobre duas concepções da relação ser humano/natureza: a *ecocêntrica*, em que o fundamental é a conservação do meio natural, o compromisso ético da humanidade na conservação das outras espécies e a manutenção do equilíbrio ecológico natural substituindo a historicamente mais utilizada que é a *antropocêntrica*, em que o meio natural é uma fonte de recursos necessários para satisfazer as necessidades humanas.

Questões teóricas relacionadas ao turismo e às construções subjetivas da experiência serão cotejadas nas reflexões sobre as perspectivas derivadas desta relação com o conceito de *não-lugar*.

Sobre construções da história: apontamentos

Ao se buscar informações em documentos, entrevistas e na revisão bibliográfica de material publicado sobre a ilha do Campeche, em Santa Catarina, tornou-se evidente que muitos acontecimentos que contribuem

para a formação do imaginário do lugar não estão formalmente registrados. Dessa maneira, recorreu-se à história oral como procedimento de coleta de informações para a realização da pesquisa por ser a mesma uma modalidade de obtenção de depoimentos históricos que não estão sistematizados pela escrita. Além disso, cabe destacar que a técnica da história oral permite captar impressões, emoções e sentimentos impossíveis de serem obtidos pelas técnicas que seguem estruturas mais rígidas de pesquisa.

Como um dos objetivos iniciais desta pesquisa foi o de reunir elementos para propor subsídios para alternativas ao turismo predatório que vem ocorrendo no local nos últimos anos, utilizaram-se as contribuições de Thompson (1992) para definir as ações necessárias a este procedimento metodológico, considerando que as memórias de antigos moradores poderiam atender, pelo menos em parte, àquilo que se objetivava: "o projeto enfocar as raízes históricas de alguma preocupação contemporânea, isso demonstrará muito bem a importância do estudo histórico para o meio ambiente imediato" (Thompson, 1992, p.29). Assim, acredita-se que estudos sejam capazes de se constituir como geradores de programas educativos voltados à preservação das riquezas físicas e culturais do lugar, como, por exemplo, no fornecimento de subsídios (históricos) a cursos de condutores locais (como o já realizado pelo IPHAN) e possíveis políticas públicas voltadas ao turismo existente na Ilha e seu patrimônio.

Cabe esclarecer que quando nos referimos à preservação estamos utilizando a referência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000), que define preservação como o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam proteção em longo prazo. Isso se aplica não apenas aos sítios, mas também às espécies e ecossistemas.

Como nos documentos consultados (IPHAN, teses, dissertações e artigos) não foram encontradas informações sistematizadas sobre certas passagens da história da ilha do Campeche, tornou-se relevante a coleta de depoimentos diretos através de longas conversas com pescadores ou moradores que vivem atualmente em locais próximos à ilha (Praia da Armação, no sul de Florianópolis, por exemplo). Conversamos com pessoas que estiveram em algum momento de suas vidas envolvidas com essa história ou que conviveram com familiares já falecidos e que passaram por essa mesma experiência. Isso porque, na história oral, "o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo são mais expressivas. Elas insuflam vida na história" (Thompson, 1992, p.41). Buscamos, então, através dos recursos da história oral,

nos distanciar das concepções de história como acúmulo de informações, unilinear e progressivo.

Por outro lado, nos aproximamos de concepções em que a construção da história está para além do mero acúmulo cronológico de fatos, havendo uma interferência direta na maneira que temos de constituir também o espaço, quer se trate daquilo que consideramos como espaço pessoal, nosso corpo, quer do espaço social, o ambiente. Nesse sentido, é interessante recorrer à compreensão que Michel de Certeau (1994) tem sobre esta articulação espaço-tempo:

Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. Em outras palavras, o *lugar* que construímos é também o espaço de tensão, onde nos achamos e nos perdemos, dependendo das relações de coexistência: um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições (p. 201).

É então relacional, pois depende de elementos, posições e circunstâncias presentes.

Essa ideia é bastante diversa daquela sustentada pela estabilidade de sentidos – preferencialmente unívocos –, que se baseia em linearidades racionais. Entendemos as construções de tempo e espaço como formas de *ser e habitar* o mundo, dinâmicas, e em constante transformação. Assim, revela-se a importância da escolha de ferramentas que sustentem esta concepção “viva” de história atravessada pelos contextos, tal qual a que percebemos possibilitada por meio da história oral.

Outra referência importante para essa compreensão encontramos em Walter Benjamin. Em *Infância em Berlim* (1987) o autor descreve o que chamou de *sentimento imemorial* a partir de suas próprias vivências: a construção de uma temporalidade particular. Assim, é possível acompanhá-lo até a Berlim de sua infância, muito mais sentimentos e emoções do que percursos geográficos ou históricos. Em um dado momento, por exemplo, Benjamin recorda de um fato ocorrido quando tinha cinco anos e que ilustra bem sua proposição:

Certa noite – já estava deitado – meu pai apareceu no meu quarto. ... Penso que foi um pouco contra vontade que teve que me comunicar da morte de um de seus primos. ... naquela noite fixei na memória meu quarto e minha cama, da mesma forma que alguém grava com mais precisão um lugar, sentindo que deverá voltar a ele algum dia a fim de buscar algo esquecido. Só depois de muitos anos fui saber de que se tratava. Naquele quarto meu pai silenciara a respeito de uma parte na notícia, qual seja: o primo morrera de sífilis. (Benjamin, 1987, p.89)

Não se trata, para Benjamin, apenas de rememorar algo. O que é buscado pelo autor é o ponto em que há a coincidência do desejo com o conhecimento desse

desejo. A história assim se constitui como ficção. Os aspectos subjetivos, ao invés de serem evitados, passam a ser um importante elemento a ser considerado. Viajamos no tempo resgatando, esquecendo, selecionando. Congelamos fatos ainda restritos em sua significação para só em outro momento ou contexto estabelecermos novas conexões.

Portanto, para precisar o terreno metodológico em que estamos nos movimentando, fica claro que a história é aqui entendida diferentemente da descrição de um fato, na medida em que toda história é uma construção humana. Cada sujeito é um ser histórico e produtor de história; assim, criador em diferentes graus da história coletiva.

Recorremos finalmente a Sandra Pesavento (1999) que, em seu ensaio intitulado *O imaginário da cidade – visões literárias do urbano*, consegue sintetizar de maneira bastante clara esta ideia que aqui procuramos sustentar:

Há uma temporalidade das práticas sociais e de suas representações, mas as idéias viajam no tempo e no espaço e são recicladas em outro contexto, que as historiciza. Ocorrem, nesse processo, simplificações e acréscimos, aceitações e rejeições, seleções e versões, implicando a atribuição de outros sentidos distantes daqueles do original e isto decorre de fatores tão concretos quanto relações de forças ou níveis de acumulação, mas também por ação de elementos não mensuráveis, as utopias, os desejos. (Pesavento, 1999, p. 23).

Assim, a utilização da história oral como ferramenta de pesquisa justifica-se por sua capacidade de apropriação daquilo que está presente nos movimentos da subjetividade e que extrapola a dimensão lógica racional presente na maioria dos documentos formalizados. Aquilo que está presente, por exemplo, nos gestos, nos olhares ou nas lágrimas de quem conta. Suas falas e praticamente tudo que é registrado e que possui vestígios de manifestações de oralidade da sabedoria popular são consideradas como documentos orais.

Nessa concepção, tudo o que é derivado da fala humana tem legitimidade para compor uma história oral. O produto de uma comunicação oral, sua coleta e registro com vistas à sistematização constituem fontes orais dentro de um processo de investigação. Tornam-se fonte porque registrados em função de projetos de gravação deliberadamente voltados ao registro das informações e consequente interpretação de seus sentidos. É considerada como fonte, também, toda uma série de outras formas de registro, como é o caso da fotografia, das gravações em vídeo e até mesmo de documentos escritos, às vezes dispersos, que deflagrem a recuperação daquilo que é trazido oralmente como memória de lugares ou acontecimentos.

Os sujeitos e a ilha do Campeche em breve apresentação

Os relatos que passaremos a apresentar foram coletados em conversas com testemunhas orais que vivem na localidade da Armação¹, próxima à ilha do Campeche, que é a comunidade que teve mais envolvimento com a Ilha, pois ninguém, na história recente, morou lá, principalmente pela falta de uma nascente de água. Suas idades variam entre 52 anos e 89 anos. Das pessoas entrevistadas (chamados, fundamentalmente, grupo de contadores e contadoras) quatro prestaram depoimentos sobre a caça de baleias, utilização de mão de obra de escravos, rotina de pescadores, exportação do óleo de baleia, plantações feitas na ilha da história passada, denúncias de crimes ambientais bem como de atentados ao patrimônio cultural relativos à história presente. Serão aqui identificados com os nomes de: Seu Osvaldo, Seu Antenor, Dona Januária e Seu Joaquim.

Antes de trazer suas falas, das quais serão priorizadas neste artigo aquelas que contam "causos de baleias", é importante dizer que os primeiros registros de presença humana na Ilha datam do período de dois a seis mil anos atrás, em cálculo provável baseado nas inscrições rupestres nela constantes. Algumas dessas inscrições nunca foram vistas em outros lugares do mundo: é o caso da série de hexágonos que lembram uma rede de pesca. Outras possuem traços semelhantes a inscrições encontradas no Peru, México e até mesmo no Egito (Lucas, 1996).

Segundo memórias dos contadores há, no local, marcas de oficinas feitas nas pedras que possivelmente serviam para amolar pontas de flechas, lanças e diversos instrumentos utilizados por povos que lá habitaram (cujos restos, de acordo com Seu Antenor, ainda podem ser encontrados em escavações feitas embaixo do único restaurante do local: o Bacalhau). A hipótese é de que tenham sido os antigos índios que povoavam a região, os sambiqueiros itamaracás, havendo indícios, também, da presença de índios tupi-guarani (Lucas, 1996).

Da história da ocupação da Ilha há registros também da presença dos caçadores de baleia que, em meados do século XVIII, foram se estabelecendo no Brasil com a colonização açoriana através da divisão das terras que estavam sob o domínio português em capitânias hereditárias. Formaram-se, então, as primeiras colônias pesqueiras da região. Florianópolis, anteriormente denominada de Nossa Senhora do Desterro, iniciou seu processo de urbanização com a chegada desses açorianos.

Corresponde a essa época a implantação das armações para a caça de baleias: a Armação da Piedade no município de Governador Celso Ramos e a Armação do Pântano do Sul em Florianópolis. A caça às baleias

gerou o processamento do óleo que era comercializado pela Coroa Portuguesa. O óleo (e o lucro obtido com sua venda) era levado "para fora" de Santa Catarina, não trazendo retorno econômico para a região, segundo Seu Osvaldo, um dos narradores da história oral registrada. Sua fala centralizará as memórias recolhidas, contando com comentários de outras pessoas do grupo.

Memórias sobre a caça da baleia

A caça de baleias é um fato de relevada importância, que não pode deixar de ser comentado como parte da história da Ilha onde há, ainda, destroços de um grande reservatório para óleo derretido de baleia. As baleias francas que eram mortas, diz Seu Osvaldo

serviam, entre outras coisas, para a extração do seu óleo [camada de gordura derretida, que também era conhecida como "toucinho da baleia"]. Na época tinha diversas finalidades: iluminação, construção civil... Era colocado no "cimento" que chamavam de outro nome. O óleo aqui eles usavam para construção que se dá o nome de "gala-gala" que era composto por óleo de baleia, barro, areia média da praia da Armação e cal de conchas que era queimado na "caieira". Quando criança cheguei a ganhar dinheiro vendendo conchas colhidas na praia e postas em latas de querosene, juntava 20, 30 latas e vendia para este fim. Queimavam estas conchas com casca de "anoz", baga de "anoga" que se usava para fazer sabão, essa casca tem um óleo que pega fogo. Meus pais já usavam a baga da anoga enfiada num arame para acender o fogo, durante a revolução, de 40 a 45, pois faltava o querosene que era comprado no Ribeirão. (Seu Osvaldo)

As baleias francas são animais dóceis e passam ainda hoje pelo litoral catarinense entre os meses de julho e outubro por ocasião da amamentação dos filhotes. Na época relatada por Seu Osvaldo, se caçavam baleias com barcos a remo e uma tripulação de remadores composta por escravos:

Eles usavam os negros escravos que já estavam aqui e tinham o braço forte para remar as lanchas baleeiras, que eram feitas com as forma, com os projeto vindos das ilhas dos Açores. Elas tinham seis remos de voga (que é parecido com os remos de competição do Veleiros da Ilha), depois passou a ser quatro remos e depois, ainda, motor, bem depois. Antes era só remo e vela, eles botavam seis negros a remar, o proeiro com o arpão na frente e o patrão atrás no leme.

Em função de a baleia franca ser muito mansa, ela permite a aproximação. Mais ainda quando se está com barcos a remo e vela, como acontecia na época. Muitas vezes elas permitiam até que alguns escravos nadassem com elas e aceitavam carinho..., pena que não era só carinho, quando a franca começava a gostar da brincadeira e levantava a nadadeira para que lhe coçassem, era o momento mais indicado para a arpoada fatal. Na pesca antiga, usavam o negro escravo para caçar as baleias, para fisgar eles se jogavam na água um começava a brincar com ela, e o outro negro vinha e fisgava. Era tudo “ao manual” não é como hoje em dia que ainda tem caça no Japão e Noruega e se usam arpões com ar comprimido, com cabos de aço que puxam a baleia para grandes barcos que tem rampa para este fim. (Seu Osvaldo)

Há uma segunda etapa da caça às baleias, segundo Seu Osvaldo, que foi “inventada” em Imbituba (SC), e o matador, o arpoador, chamava-se Joaquim, que faleceu há pouco tempo:

A primeira baleia foi morta no Pântano do Sul, e eu não estava lá, não pesquei essa. Esta etapa durou cerca de quatro anos e depois, a caça de baleias foi proibida no Brasil. O único lugar que continuou foi a Paraíba que ficou mais ou menos um ano depois disto. Ela ocorreu em nosso litoral por meados da década de 50, onde pescadores com barcos já a motor pescavam com o auxílio de dinamite... (Seu Osvaldo).

Dona Januária (contadora) confirma essa data e fato dizendo: “essas últimas baleias que mataram aqui na década de 40 e começo da de 50 foram, na maioria, mortas pela tripulação de uma empresa grande, porque tinha os barcos”.

Seu Joaquim (contador) diz que caçou baleias em lancha baleeira, a remo. Confirma que eram quatro remando, o capitão atrás, no leme, e o arpoador na frente:

O “tiro” se dava entre a cabeça e a asa das baleias: o arpão era composto, na ponta, por um cilindro metálico com um estopim; dentro tinha três bananas de dinamite que pegavam fogo que vinha até a espoleta estourando dentro da baleia. Depois eles amarravam a baleia nas baleeiras e traziam para a praia. Teve uma que encalhou aqui na beira da praia da Armação, vieram dois tratores para tentar trazer mais para cima e não conseguiram. A baleia tinha dezesseis metros de comprimento e muitas toneladas. Era uma

semana para desmanchar o toucinho. Teve baleia que a gente pegou por aí que um pedaço de couro com a gordura dava, mais ou menos, meio metro. Para transportar um metro quadrado, tinha que pegar de dois, amarrando o pedaço com arame. (Seu Joaquim)

Confirmando a estrutura e utilização do arpão, Seu Osvaldo diz que:

O arpão era feito com um pedaço de ferro de mais ou menos 1,20 de comprimento. Era oco e na frente eles colocavam uma lança de mais ou menos uma polegada, 32 mm, com uma ponta bem afiada, bem soldada na ponta do ferro e atrás eles faziam dois furos e colocavam um pedaço de madeira, para não ficar tão pesado. Ficava difícil para ser usado, o que eles faziam era uma espécie de arpão e ali eles colocavam uma espoleta um pedaço de estopim, não é fio detonador como agora, que é ligado na bateria ou na luz, era colocado fogo na ponta daquele estopim, dentro do cano, depois vinha a espoleta e as bananas de dinamite. Eles socavam tudo em pedacinhos com muito cuidado para não explodir. Na boca eles socavam com um pedaço de tijolo maciço de barro fazendo uma bucha para que a carga não saísse para trás. Botavam três ou quatro cabeças de fósforo junto com o estopim e descascavam a ponta do estopim, daí iam se aproximando da baleia, nunca pela cauda, cola, sempre pela cabeça. (Seu Osvaldo)

Segundo Seu Osvaldo, o óleo de baleia tinha um segredo:

para se verificar o “ponto”, quando estava pronto para ser utilizado: Para saber o ponto do óleo ou quando ele estava bom, botava-se um pedaço de pau no óleo e logo em seguida no fogo, se ele pegasse fogo na hora, tava pronto, se estralasse um pouco tinha que ferver mais, como quando se bota um peixe na frigideira, o óleo quente junto com aquela carne que ainda tem água, respinga em tudo, quando estava pronto eles colocavam nuns latões, de 200 litros era fechado a boca e diziam que um pouco ia para o Rio Grande do Sul, para o curtume de couro de boi, e o resto ia para fora, a roupa da gente não prestava para mais nada ficava um cheiro desagradável. (Seu Osvaldo)

Dona Januária conta que o óleo era todo derretido e vendido para fora:

diziam que era para os Estados Unidos, teve quase 500 tambores de óleo de 3 baleias que mataram aqui que foram para lá. As baleias eram mortas no mar e eram trazidas para cá na praia, no canal, entre a Armação e o Matadeiro, aqui eles cortavam e derretiam o óleo. (Seu Osvaldo)

A carne das baleias nem sempre era totalmente consumida: eles pegavam o óleo e a carne era alimentação dos negros. Muito boa, conforme revela Seu Osvaldo:

eu comi também, parecia com a carne de boi, vermelha. Tem três qualidades, três tipos, a de cima que é muito gordurosa grudada no toucinho, até meio esbranquiçada, vermelho claro. Logo abaixo a do centro que é muito boa, dá para fazer bife e embaixo uma fibrosa, parece carne seca para botar no feijão que não é tão boa assim. Os negros comiam e o que eles não davam conta, enterravam. Eles “derretiam a baleia” num forno de fazer açúcar, um grande forno de cobre que se chama tacho, que também se botava caldo de cana para fazer melado, o melado que se torna açúcar. (Seu Osvaldo)

Nesse período, na década de 40, na Ilha já havia cerca de 10 cabanas de barcos dos pescadores da Armação, que é a vila de pescadores mais próxima. Seu Osvaldo acrescenta:

cada pescador, dos mais velhos e importantes, mais experientes, tinha o seu galpão lá na ilha do Campeche. Eram feitos de palha, palha cortada no morro da Lagoinha do Leste ou, então, tiririca que é uma palha que corta a gente, tem uma folha comprida. Eles amarravam pra fazer esteira e daí faziam o ranchinho, todo ano tinha que trocar aqueles telhados. (Seu Osvaldo)

Além de, eventualmente, dormirem nas cabanas por motivos de mau tempo e as utilizarem para abrigar seus barcos, eles também aproveitavam a Ilha para plantar algumas coisas. Alguns pescadores, segundo depoimento do Seu Antenor, plantavam para o sustento de suas atividades e também para o sustento das famílias que moravam na Ilha de Santa Catarina. Eram, inclusive, ajudados pelas mulheres depois da colheita: “*Meu pai tinha algumas roças aqui na Ilha, tinha plantação de milho, feijão, e as mulheres saíam de lá da Armação para peneirar o feijão e fazer algumas outras tarefas*” (Seu Antenor).

Segundo Dona Januária, na pesca da baleia as mulheres não ajudavam muito, faziam coisas da casa, da plantação. A pesca era uma atividade de homens;

uma das poucas atividades que as mulheres faziam era, muito dificilmente, ajudar a derreter o toucinho da baleia nos caldeirões. Com mais frequência, cozinhar ou fritar a carne que era cortada pelos homens da baleia, para o consumo: “*Sempre sobrava muita carne, eles davam para quem quisesse, para os negros. O que sobrava e não era carne boa, eles enterravam por causa do mau cheiro que ficava*” (Dona Januária).

Tem outra coisa muito interessante, comenta um dos contadores: os tanques de armazenamento de óleo de baleia.

Na época fizeram cinco aqui na praia da Armação, não deu, como não tinha mais local perto do mar colocaram dois na Ilha que foi, depois, destruído por nós. Hoje está tudo enterrado, porque faltou âncora [pedras] para colocar no cerco flutuante. As “âncoras” eram feitas com doze arames pendurados no cerco, cada um com cinco pedras e, no total, eram sessenta pedras por vez que se colocava na água. Âncora não tinha, chamava-se “chacho”. Para barcos eram usados dois pedaços grandes de madeira com quatro pedacinhos menores e uma pedra no meio. O meu pai fazia com pedaços de “tarimba”, que era coqueiro rachado no meio. (Seu Antenor)

Seu Antenor diz, ainda, sobre os tonéis para o armazenamento de óleo de baleia: “*nós estamos em cima de um deles (embaixo de uma das mesinhas da parte externa do seu restaurante), mas o problema é que foi se destruindo sozinho e nós mesmos utilizamos muitos pedaços para peso das redes de pesca*”.

“Estas histórias de baleia fazem a gente lembrar de muita coisa”, diz, pensativo, Seu Osvaldo: “*Tem até um versinho conhecido na época que era assim: ‘Dentadura de elefante. Rabanada de baleia. Toda vida ouvi dizer. Que ouro bom não mareia. Que nunca se pode encher. A barriga na casa alheia’.*” Explica:

dentadura de elefante (que é o bicho que tem os maiores dentes); rabanada de baleia (que é o maior rabo que tem); toda vida ouvi dizer que ouro bom não mareia (que o ouro é bom); nunca se pode encher barriga na casa alheia.

E conclui: “*Hoje em dia não, porque todo mundo é amigo, faz festa, come bastante na casa dos amigos, mas naquela época era assim: - Come fulano! - Não, muito obrigado!*” (Seu Osvaldo).

Com este versinho, encerra-se, pelo momento, o registro das memórias de algumas passagens vividas na ilha do Campeche por esse grupo de homens e mulheres.

Há muito para ser contado, ainda. Memórias sobre a ocupação da Ilha, histórias de depredação associada a esse fato... Histórias que mostram como a “destruição” do lugar corresponde à morte quase que total da fauna e flora nativas. Histórias que mostram a descaracterização da Ilha como santuário arqueológico, entre outros fatos significativos que contribuem para a construção de um turismo auxiliado pelas histórias como fonte de informação, mobilizadoras do necessário respeito para espaços turísticos com essas características/fragilidades.

Perspectivas entre turismo e memórias do lugar

Nesta pesquisa a caça às baleias articula memória, vida social e econômica de um determinado lugar e momento da história do Brasil. As narrações trazem ao conhecimento a vida de uma parte da população da Ilha de Santa Catarina pelo olhar daqueles que direta ou indiretamente protagonizaram esse “bocado” de história: “É memória social fígada na velhice” (Barbosa citado por Bosi, 1994, p.15). Da velhice porque os narradores destas memórias possuem por volta de 60 anos, mas que remetem a uma juventude. Memórias que se rejuvenesceram fazendo com que o mesmo acontecesse com corações, pensamentos e falas daqueles sujeitos nos quais elas habitam. E é aí que se encontra um grande problema: como passar para a escrita aquelas passagens de vida que se fazem vivas na história oral? “Espalhar esses pensamentos no papel é ato repleto de risco” (Park, 2000, p.13).

A primeira vontade é só de ouvir e trazer muitas pessoas para perto daqueles contadores de histórias para que as mesmas ouçam o que os pesquisadores ouvem. Deixar a história contada em sua condição de oralidade, ou seja, a sensação é que o lugar da história oral é o da fala e que, assim, ela não pode ser escrita, sob pena de perder algo de essencial. A escrita parece deixar de fora aquele “olho comprido” que vai até o mar e enxerga as baleias, as baleeiras, os pescadores lá no mar sobre o qual o narrador está falando. Parece deixar de fora o grande esforço que é “trazer à tona” o arpão, as nadadeiras do grande animal, os negros arpoadores, as cantigas entoadas nos barcos, o barulho das ondas e dos remos batendo nas baleeiras.

Mas tudo isso porque a história oral é tão viva que, na escuta do pesquisador, se fazem presentes todas essas imagens, não só como produto da imaginação deste, mas porque as falas daqueles que estão dando seus depoimentos trazem junto com elas todos esses pormenores. E isso se dá porque aquele que narra:

está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história,

que dão asas aos fatos principiados pela voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa de pedras do chão... (Bosi, 1994, p. 90)

Neste contexto, a experiência do pesquisador é única. É algo muito particular e envolvente, mas que não pode permanecer consigo. É preciso que se socializem essas memórias principalmente quando elas têm um peso muito grande, socialmente falando.

Guardando todo o respeito necessário e construído na relação que se estabelece com os sujeitos contadores que falam da história e de suas histórias, é necessário que seja firmado um compromisso ético de socializar tais memórias, no caso, pela escrita, para que um número maior de pessoas possa se aproximar do que é desconhecido a respeito do lugar.

Entendendo que “só se preserva aquilo que se conhece”, socializa-se aqui neste artigo uma parte de mais um exercício ou mais uma tentativa de sistematizar memórias de homens e mulheres que podem se tornar agentes sociais de possíveis transformações que, ancoradas nessas mesmas memórias, podem mudar o rumo da depredação de um lugar turisticamente tão significativo. A pretensão que se tem ao contar para o leitor o que já tinha sido contado para os pesquisadores foi de compartilhar aquilo que se processa no sujeito à medida que se entra em contato com as memórias trazidas pelos narradores: o envolvimento que implica aquele que escuta com aquele que diz de si, de um tempo, de uma história, de um lugar. A narração compõe um enredo que coloca a escuta em contato não com fatos isolados, mas com o narrador. O resultado é, então, o de sujeitos que se encontram na atualização de lembranças. Considerando sempre que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1994, p. 55). Tanto por parte daquele que conta como daquele que ouve, são diferentes sentidos que aparecem com e pela necessária relação interpessoal ali presente.

É daí que nascem algumas perspectivas para o desenvolvimento de uma dada forma de realizar a atividade turística da qual poderá emergir, inclusive, programas de educação em turismo, especificamente daquele que não está interessado somente em satisfazer as necessidades próprias de um turismo de massa, predatório, atrelado ao consumo daquilo que se constitui como turístico.

Entre essas perspectivas está aquela que privilegiava o turismo sustentável², abrindo espaços para o conhecimento das memórias do local, de sua cultura e daquilo que o torna socialmente singular no contexto turístico tendo como ele central a presença dos sujeitos, tanto o que está no lugar como aquele que visita o local. Assim, a valorização do meio ambiente e a preservação de sua beleza cênica estarão, aos olhos dos turistas, mediadas pelos signos históricos que constituem tal local,

evitando que o mesmo se transforme no que Marc Augé denomina de não-lugar.

Esse autor ressalta como exemplos de não-lugares na sociedade da globalização os parques temáticos, a Disneylândia, dizendo que o protagonista desses espaços é a espetacularização do lugar, e não o sujeito que o visita. Em entrevista concedida às Professoras Elane Peixoto e Maria da Conceição Golobovante (2008), na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, Paris, ele afirma que o turismo pode caracterizar uma forma de repetir este fato, onde as imagens se apresentam dissociadas da realidade histórico-social que distingue o lugar em sua singularidade:

quando se olha a televisão, por exemplo, um espectador solitário diante das imagens tem a ilusão de estabelecer uma relação. Há, então, algo que dessimboliza a sociedade em proveito de um imaginário pobre – de um tipo de relação entre o indivíduo e o reflexo. Isso corresponde a uma forma de arranjo do mundo em espetáculo, do qual temos inúmeros exemplos: os parques temáticos, a Disneylândia. Há também a relação entre uma parte da humanidade e a outra. Porque o turismo é, essencialmente, uma parte da humanidade que olha a outra como espetáculo (2008, p. 6).

No espetáculo, os não-lugares são como espaços de ninguém (Augé citado por Rieth, 2008), de pessoas que vêm e que passam sem se sensibilizar com o que há de singular no lugar, apenas o admirando como um objeto/mercadoria. A proliferação do registro fotográfico revela de certa maneira o tipo de relação do turista com o lugar. O instantâneo da imagem expressa um pouco do contato entrecortado, transitório que se estabelece com este lugar.

Nesse ponto Augé avança sobre o pensamento de Baudrillard (2010) que, já no início da década de 70, apontava a submissão ao imperativo de gozo e a relação de consumo presente também nas atividades de lazer:

De facto, a obsessão do bronzamento, a mobilidade sobressaltada que leva os turistas a cirandar pela Itália, pela Espanha e pelos museus, a ginástica e nudez indispensável debaixo do sol obrigatório e sobretudo o sorriso e a alegria de viver sem desfalecimento. (2010, p. 208)

Como uma forma de resgatar as relações simbólicas com os lugares é que se recorre à história oral e às memórias do lugar como recuperação das vivências que unem o presente e o passado, podendo transformar um lugar tanto para o futuro imediato como mais distante num espaço de valorização de sua cultura que é, aliás, o que faz com que o mesmo seja considerado como único no mundo.

Não se trata de supervalorizar o passado ou de olhar para o mesmo acreditando que é lá que se encontrará a resposta para inquietações do tempo presente. O sentido aqui é mais aquele que, por exemplo, Hannah

Arendt (1997) atribui ao tempo: “o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão. ... Apenas porque o homem se insere no tempo, e apenas na medida em que defende seu território, o fluxo indiferente do tempo parte-se em passado, presente e futuro” (p. 37). Nesse jogo de tensões que se estabelece entre passado e futuro, o que resta ao homem é tão somente um lugar vazio a ser significado.

Assim, o que se pretende é ressignificar o espaço turístico trazendo para ele o turista como sujeito de interações, ou seja, como alguém que se percebe comprometido com o lugar que visita, preservando-o, tanto em suas riquezas naturais/físicas como culturais/simbólicas, tendo o cuidado máximo em direcionar as atividades turísticas para que não venha a tornar-se um não-lugar. De acordo com Bauman (2001), um *não lugar* é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história. Como exemplo, o autor cita os anônimos quartos de hotel.

Entende-se, reafirmando, que esta é apenas uma das tantas possibilidades de preservação das riquezas dos lugares turísticos, considerando o turista como sujeito histórico e que, portanto, pode ele, também, constituir-se como protagonista das desejadas transformações para a atividade turística. A preservação e o resgate das construções imaginativas acerca do território permitem encontrar seu valor simbólico enquanto carregado de significações.

Notas

- ¹ A praia da Armação, bem como outras localidades citadas no texto, localiza-se na ilha de Santa Catarina, na região sul da cidade de Florianópolis/SC.
- ² Turismo sustentável, segundo o Acordo de Mohonk, é aquele que busca minimizar os impactos ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo em que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos (EcoBrasil, 2000).

Referências

- Arendt, H. (1997). *Entre o passado e o futuro* (4ª ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Baudrillard, J. (2010). *A sociedade de consumo* (A. Morão, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- Benjamin, W. (1987). Infância em Berlim por volta de 1900. In W. Benjamin, *Obras Escolhidas II: Rua de Mão Única* (p. 89). São Paulo: Brasiliense.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças dos velhos* (3ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- EcoBrasil. (2000). *Acordo de Mohonk*. Acesso em 14 de maio, 2009, em http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/acordo_de_mohonk.pdf

- Golobovante, M. C. & Peixoto, E. (2008, janeiro/abril). Comunicação e espaço urbano: entrevista com o antropólogo francês Marc Augé. *E-compós*, 11(1). Acesso em 23 de outubro, 2011, em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/280/264>
- Lucas, K. (1996). *Arte rupestre em Santa Catarina*. Florianópolis: Rupestre.
- Park, M. B. (2000). *Memória em movimento na transformação de professores: prosas e histórias*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Pesavento, S. J. (1999). *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Rieth, F. (1995, julho/setembro). Resenha: Não-Lugares (Augé, Marc). *Horizontes Antropológicos*, ano 1, 2, 270-271. Acesso em 14 de dezembro, 2011, em <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a26.pdf>
- Thompson, P. (1992). *A voz do Passado – História Oral* (L. L. Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (impressão no Brasil em 1998).

Recebido em: 08/06/2009

Revisão em: 30/10/2010

Aceito em: 23/11/2011

José Pedro Da Ros é doutorando em Gestión y Desarrollo Turístico Sostenible, Universidad de Málaga (UMA),

España. Mestre em Mídia e Conhecimento/Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Ecoturismo pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduado em Turismo pela Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ASSESC). Endereço: Calle Trinidad, 20 PBJ D. Málaga, España. Email: zdaros@gmail.com

Walter Firmo de Oliveira Cruz é doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da UNB (Brasília). Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Especialização pela mesma instituição em Filosofia do Conhecimento e da Linguagem. É professor assistente da Universidade Federal do Piauí. Endereço: Rua Coronel Antônio Sousa, 184 Reis Veloso. Parnaíba/PI, Brasil. CEP 64.204-060. Email: cruz.w@uol.com.br

Como citar:

Da Ros, J. P. & Cruz, W. F. O. (2011). Memórias do lugar: o turismo na Ilha do Campeche. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 625-633.